

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
realizada pela
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
em **UNAÍ**

ALMG

Consultoria Temática da CSP

Unai, 10/11/2009

I - Apresentação

Em 10/11/2009, realizou-se, na Câmara Municipal de Unai, a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, a reunião teve por objetivo debater a segurança pública na Região Integrada de Segurança Pública – Risp – de Unai.

Além do Presidente e membros da Comissão – Deputados Tenente Lúcio e Maria Tereza Lara –, compuseram a Mesa: Antério Mânica, Prefeito; Vereador Euler Braga, Presidente da Câmara Municipal; Procurador Athaíde Francisco Peres Oliveira, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado; Cristian Arley Silva Lages, Delegado da Polícia Federal, representando o Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal; Cel. Sebastião Pereira de Siqueira, Comandante da 16ª Região da PMMG, representando o Comandante-Geral da PMMG; Ramon Tadeu Carvalho Bucci, Chefe do 16º Departamento da Polícia Civil, representando o Chefe de Polícia Civil; Ten.-Cel. Geraldo Donizete Luciano, Comandante do 28º Batalhão da PMMG, em Unai; e Celso Ávila Prado, Delegado Regional da Polícia Civil em Unai.

Presenças registradas: Deputados Almir Paraca e Delvito Alves; Vereadores Edmilton Andrade, Hermes Martins, Hilton Campos, José Inácio, Olímpio Antunes, Paulo Arara, Tadeu, Thiago Martins e Zé da Estrada; José Vilmar, Prefeito de Riachinho; Douglas Magela, Delegado da Polícia Civil em Unai; Zacarias Tavares, Presidente do Consep; Samuel Rabelo, Presidente do Consep de Paracatu; José Augusto Nieto, Presidente do Conselho Municipal de Turismo; Maria das Dores Campos Abreu Louzado, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania; Gilsinei Gonçalves da Silva, Diretor de Segurança do Presídio de Unai; Michel, escrivão da Delegacia da Polícia Civil; Jonas Alves da Mata, advogado; José Carlos, inspetor; Pastores Carlos, Máximo e Vilmar, do Conselho de Pastores.

II - Desenvolvimento da reunião

II.1) Exposições

O Presidente da Comissão referiu-se à reportagem “Crack, pedra da morte”, na qual a Diretora do Centro Mineiro de Toxicomania informa que o uso dessa droga provoca mais atendimentos do que o alcoolismo e tem efeitos devastadores.

O Prefeito disse que a criminalidade chegou a cidades pequenas e informou que a

Prefeitura construiu espaços para a Polícia Militar em bairros inseguros, mas os criminosos migram.

O Vereador Braga registrou que a Câmara Municipal vem preocupando-se com a segurança pública e tem diversos projetos relacionados ao tema.

O Delegado Bucci e o Cel. Siqueira esclareceram que a 16ª Risp abrange 17 Municípios do Noroeste, com 60.000km² e 350 mil pessoas. Há em Unaí uma Área Integrada de Segurança Pública – Aisp –, a 123ª, e uma Área de Coordenação Integrada de Segurança Pública – Acisp. As Aisps do Noroeste pertencem à 16ª Risp. A integração entre polícias, uma política de Estado, interligou competências e gerou metas – três comuns à Polícia Militar e à Polícia Civil, duas específicas da Polícia Militar e duas da Polícia Civil – relacionadas aos seguintes itens: crimes violentos, crimes contra o patrimônio, homicídios, armas de fogo, operações, inquéritos e termos circunstanciais.

Informaram que a meta nesses 17 Municípios para 9 tipos de crimes violentos, de janeiro a setembro de 2009, era 746: aconteceram 513 (-31,22%). Queda de 2006 a 2009: 1021 em 2007, 804 em 2008 e 510 em 2009. Ocorreram 2,63 crimes por mil habitantes, número que hoje está em 1,46 (-37,08%). A meta para crimes violentos contra o patrimônio era 515: caiu para 384 até agora (-25,39%). Na série histórica, há também queda: 750 em 2007 para 383 de janeiro a setembro de 2009, o que representa 1,10 por mil habitantes (-29,64%). A meta para homicídios, que era de 39, estourou: 49 (+24%). Série histórica: 48 em 2006, 28 em 2007, 44 em 2008 e 49 em 2009.

Apontaram 41% dos crimes com armas brancas e 4% por envolvimento direto em tráfico. Localizaram-se 76% na zona urbana e 24% na rural. A autoria foi apurada em 78%, restando 22% sob investigação. Faixa etária das vítimas: 12% até 17 anos, 27% de 18 a 24 anos, 16% de 25 a 30 anos, 31% acima de 30 anos e 14% desconhecida. Sexo das vítimas: 84% masculino e 16% feminino. A meta para apreensão de armas de fogo (317) foi superada: 425 (+34%). O número de operações ultrapassou a meta de 14 mil: aumentou para 18 mil, ou 26,11% em relação a 2008. A meta para inquéritos policiais em 2009 (1.635) estava ultrapassada em 50%: foram encaminhados 2.235 à Justiça e concluídos 36,7% a mais, com saldo de +150. A meta para Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs) em 2009 é de 2.071: foram encaminhados 3.177 (+53,4%).

Compararam Unaí a Minas. O índice de crimes violentos no Município é menor que no Estado e está caindo. O de crimes violentos contra o patrimônio reduziu-se em 31,67%, mas continua bem maior que o do Estado. O de homicídios caiu 29% no Município e está igual ao Estado (na região cresceu 20%). Apontaram como principais problemas de Unaí: furtos de bicicletas e arrombamentos de residências com furto (que seriam relacionados, principalmente, a adolescentes e a compra de “crack”), assim como arrombamentos no comércio e de veículos.

Apresentaram as seguintes reivindicações prioritárias: construção do prédio da Risp (terreno já doado pela Prefeitura), do prédio da 123ª Aisp (projeto está em andamento, com

terreno também doado pela Prefeitura), do posto de perícia integrada em Unai e em Paracatu (terrenos doados pelas Prefeituras) e do Centro de Medidas Socioeducativas para recolhimento de crianças e adolescentes de toda a Risp (em terreno doado pela Prefeitura de Unai); implantação do Redes PCNet, do Centro Integrado de Atendimento e Despacho – Ciad –, do Centro Integrado de Informações de Defesa Social – Cinds – e do sistema Olho Vivo na área central de Unai; transferência das cadeias de Vazante e de Buritis para a administração da Suapi.

Sugeriram, adicionalmente: implantar o projeto Mediar, o projeto Fica Vivo em bairros de Unai, o Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco – Gepar – nas duas Aisps (Paracatu e Unai), patrulhas de prevenção ativa (viaturas destinadas somente à prevenção) e alvarás de soltura eletrônicos junto ao Tribunal de Justiça e Defensoria Pública na Comarca de Unai; construir área administrativa para o presídio; alocar Municípios do Noroeste mineiro na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno.

Por fim, forneceram os seguintes dados comparativos sobre a criminalidade em Unai e no Estado (por mil habitantes, em 2009): para crimes violentos, 1,86 em Unai e 2,34 em Minas; para crimes violentos contra o patrimônio, 0,85 em Unai e 0,54 em Minas; para homicídios, 0,13 em Unai e em Minas.

O Delegado Lajes destacou a integração das Polícias Militar e Civil com a Polícia Federal, especialmente no combate ao tráfico de entorpecentes. Estabelecendo relação entre mercado consumidor e tráfico, frisou a importância de realizar-se uma política de recuperação do dependente, com envolvimento das escolas de 1º e 2º graus.

O Procurador Oliveira previu que o levantamento sistemático de dados mudará as estratégias de combate à criminalidade, fundando-as na inteligência e comungando-as com o anseio do Ministério Público pela percepção criminal, a boa lavratura dos BOs e a conclusão dos inquéritos policiais, judicializando o processo. Propôs: policiamento de barreira na divisa (região Noroeste) contra a criminalidade periférica, especialmente do DF; mudança de localização do presídio, que vem gerando insatisfação popular no Bairro Cachoeira.

II.2) Discussão

O Presidente do Consep de Unai reivindicou mais recursos do Estado para projetos existentes de assistência a crianças e adolescentes em conflito com a lei.

O Ten.-Cel. Luciano referiu-se ao Projeto Adolescente Cidadão – Proac –, desenvolvido pelos Conseps e Polícia Militar, atualmente paralisado por falta de recursos.

O Presidente do Consep de Paracatu propôs que sua cidade fosse também contemplada com o sistema Olho Vivo e a implantação da Defensoria Pública.

Alta Resende criticou a precariedade do serviço telefônico que recebe denúncias anônimas.

Eudes Barbosa pediu mais atenção para as ações sociais nas áreas de saúde, educação e moradia, como forma prioritária e preventiva de enfocar a segurança pública.

O Vereador Arara reafirmou a crítica à solicitação de nomes nas denúncias anônimas e perguntou por que a companhia da Polícia Militar ainda não foi instalada no Bairro Cachoeira, os policiais afirmam que as ações da Justiça os deixam algemados, não há policiais em escolas da periferia e um conhecido ponto de drogas não é abordado.

O Vereador Campos, julgando importante discutir as causas da criminalidade e prover as demandas da população, reivindicou incluir previsões no PPAG e propôs medidas para convencer os dependentes de que devem submeter-se a tratamento.

O Vereador José Inácio registrou os altos índices de criminalidade na região e o problema das crianças e adolescentes, reforçando a necessidade de implantação do Centro Socioeducativo no Município e pleiteando mais varas judiciais na Comarca de Unaí.

O Presidente do Conselho Municipal de Turismo de Unaí perguntou se o Estado pensa em política específica para superação da vulnerabilidade do Noroeste em relação à proximidade do DF, como a vigilância das estradas vicinais.

Marcos Antônio Martinez disse preocupar-se com as crianças e adolescentes, deu seu testemunho sobre as agressões que sofreu e demandou uma instituição adequada na cidade.

A Deputada Maria Tereza Lara informou sobre a Conferência Nacional de Segurança Pública, em que se definiu a participação conjunta das três esferas de poder e da sociedade civil para mudar o quadro de violência, inclusive em Minas. Foram votados 10 princípios, pontuando a segurança pública como política de Estado e a reestruturação do sistema penitenciário.

Lembrou que 90% da população prisional são jovens e pobres. Como prevenir a ida da juventude para a cadeia? Como garantir a ação da Defensoria Pública e a ressocialização? Segundo ela, urge que os governos estadual e federal invistam nos Municípios: Pronasci, educação, cultura e lazer. A repressão precisa ser qualificada, com centralidade na prevenção e na união das forças. “Devemos lutar sempre, porque queremos a cultura da paz e o direito à vida.”

O Deputado Delvito Alves retomou o tema da divisa, especialmente os vazios da BR-251 no trecho Unaí-Brasília, que virou corredor de tráfico e sonegação. Pediu mais eficiência e agilidade no combate aos traficantes que chegam a Unaí.

O Deputado João Leite abordou o trabalho da Comissão Especial de Execução das Penas no Estado, cujas sugestões foram levadas pelo Presidente da ALMG ao Presidente do STF e do CNJ. Informou que o Ministro Gilmar Mendes interessou-se em adotá-las em todo o País.

O Deputado Almir Paraca salientou a importância da Defensoria Pública. Propôs ampliar-se a percepção sobre segurança pública: enquanto houver pobreza, miséria e alta concentração de renda, monopólio da terra tão pronunciado, desemprego crônico, juventude privada de esperança, de oportunidades reais e de caminhos efetivos para obter formação e qualificação integrais, dificilmente se avançará no campo da segurança pública. Reafirmou sua esperança na

marcha rumo a uma sociedade de equidade e de justiça, instando seja colocada a discussão no leito correto: prevenção para evitarem-se tantos crimes. A política mais profícua é garantir oportunidades reais e justiça efetiva para todos. Isso só pode ser feito colocando o dedo nas feridas sociais do Brasil e de Minas.

Constatou que o aparelho do Estado vem crescendo nessa área por meio de investimentos dos governos estadual e federal, mas tal esforço tem sido insuficiente para deter o crescimento da criminalidade. Pesquisa recente mostrou que 90% do povo brasileiro deseja e acredita na necessidade de redistribuir renda e riqueza no País. Ressaltou que essa política, núcleo das ações do Presidente Lula, mesmo criticada por não ensinar a pescar, mitigou a fome de quem precisa de peixe para sobreviver e ampliou a renda básica de muitas famílias, estabilizando o mercado interno, ativando a economia e amortecendo no Brasil a crise econômica internacional.

Disse que o básico é ter famílias com condições de vida digna e justa, crianças e adolescentes amados, protegidos e respeitados, que morem em casas em vez de vagarem pelas ruas e entrem em conflito com a lei, que frequentem escolas de qualidade. Importando para a área social um termo proveniente do campo da religiosidade, propôs a conversão da sociedade para uma comunidade de justiça e equidade, de oportunidades e direitos iguais, de respeito pelo outro. A solução não surgirá, exclusivamente, no terreno da segurança pública, que apenas vem travando uma discussão periférica. Trata-se de fletir para a questão central: o modelo de sociedade e de Estado que queremos e precisamos construir.

Por fim, mencionando o consenso de que o papel de polícia é função do Estado, de quem a segurança pública é obrigação, alertou: o Estado sozinho não tem capacidade para resolver o problema da segurança pública, pois se trata de dever e responsabilidade também da sociedade, compartilhado com os demais espaços: trabalho, emprego, renda, saúde, educação e assistência social. Exemplificou: os presídios estão abarrotados e quanto mais unidades são construídas mais vagas faltam. Dever-se-á edificar uma sociedade em que metade da população ficará presa e metade sentir-se-á protegida porque a outra foi trancafiada?

O Deputado Tenente Lúcio lembrou que o governo estadual deve realizar em Unai os investimentos e obras solicitados. Com a delegacia funcionando precariamente e a Prefeitura pagando aluguel, tudo fica difícil. Confiando em que as parcerias serão sempre bem feitas, afirmou que os parlamentares da Comissão de Segurança Pública se esforçarão junto ao governo estadual para garantir integralmente os recursos previstos para a Risp.

O Presidente da Comissão, respondendo a pergunta de Cosme Fernando, disse que a possibilidade de criarem-se clínicas de recuperação é grande, pois a Prefeitura tem um convênio com a Subsecretaria Antidrogas do Estado.

Maria das Dores Lousado, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, informou que o Conselho Municipal Antidrogas – Comad –, integrante dessa secretaria e ligado ao órgão gestor da assistência social, já realiza trabalho de prevenção. Segundo ela, a secretaria de

que é titular faz encaminhamentos para outros Municípios. Como Unaí carece de comunidade terapêutica documentada para fazer convênio, decidiu-se trabalhar com ONGs e terceirizações.

Respondendo a pergunta do Presidente da Comissão, afirmou que o Município tem Proerd juntamente com a Polícia Militar e trabalha em parceria com o Comad: no projeto Unaí sem Drogas, do Cras, as famílias buscam apoio, encontram acompanhamento e são encaminhadas. Como componente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, registrou sua preocupação diante de algumas falas, que passaram a falsa sensação de que Unaí estaria cheia de menores infratores, e recusou tal diagnóstico, argumentando que na semana anterior não havia um menor preso sequer – só adultos.

Defendendo as crianças e adolescentes e ressaltando que não estava criticando os que se pronunciaram nessa linha, discordou das tentativas de rotulação e concordou com o Deputado Almir Paraca na questão social. Explicou a origem da falsa impressão de que há grande número de crianças e adolescentes em conflito com a lei: os menores que, por várias vezes, retornam e cometem a mesma infração até que sejam encaminhados, são sempre os mesmos. Concluiu que a questão é bem mais ampla.

A Deputada Maria Tereza Lara, solidarizando-se com Secretária Maria das Dores, manifestou o desejo de que todas as cidades tenham os mesmos cuidado e sensibilidade: o centro de reeducação permitirá que as crianças e os adolescentes sejam acompanhados e saiam da instituição sem reincidir. Por fim, lembrou que a Comissão está acompanhando de perto a questão penitenciária.

O Cel. Siqueira concordou com a Secretária Maria das Dores quanto ao número de menores: 20% dos autores menores de idade cometem 80% dos crimes. Disse que há casos de menores apreendidos 30 ou 40 vezes, sem qualquer medida educativa ou até repressiva. Em relação à divisa, informou que a Polícia Militar e a Polícia Civil fazem parte do Gabinete de Gestão Integrada do Entorno de Brasília – GGIE –, que não tem funcionado a contento. Disse que determinaram que as câmaras temáticas apresentem os projetos até 15 de novembro e que será tratada em reunião da Seds, em Belo Horizonte, a questão da divisa. Reafirmou que a região de Unaí ocupa o primeiro lugar em Minas Gerais no respeitante à queda da criminalidade violenta.

O Delegado Bucci esclareceu que o GGIE agrega as Polícias Civil e Militar de Minas Gerais, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Civil do DF e as Polícias Civil e Militar de Goiás. Como esse grupo ficou paralisado por algum tempo, iniciam-se as discussões nas câmaras temáticas e, a partir dessas, as operações de divisa, que agregarão todas as instituições policiais de segurança pública na área do entorno do DF. Em relação ao Pronasci, disse que os Municípios têm de criar o GGIM para serem incluídos e captarem verbas federais, considerando-se que há projetos de interesse das áreas fronteiriças estaduais e pertinentes ao Cinturão de Minas.

O Ten.-Cel. Luciano disse que a poluição sonora agora é tratada como crime ambiental.

Quanto ao policiamento nas escolas, informou sobre o Proerd e o GP-Moto, um grupamento de motos que percorre todos os estabelecimentos de ensino. No respeitante ao Bairro Cachoeira, relatou o projeto para que a Aisp seja construída, com contrapartida do Município já garantida, só faltando que a Seds entre com aproximadamente R\$300.000,00. Sobre o Centro de Internação para Menores, alegou que a descriminalização do uso da droga, deixando o usuário livre, é assunto de política federal. Voltando ao projeto Cinturão de Minas, que já está na terceira fase, reafirmou o compromisso de gestões junto ao GGIE para aumentar as operações.

O Delegado Prado respondeu à pergunta sobre o telefone 181: as linhas estariam com problemas técnicos e a Comissão deveria encaminhar ofício às operadoras. Em relação ao senso comum de que a Polícia Militar prende e a Polícia Civil ou a Justiça solta, ponderou que todas as instituições são operadoras do direito. As leis aprovadas pelos Legislativos e sancionadas pelos Executivos são aplicadas: ou melhoram-se as leis ou cumprem-se as que existem.

Quanto a adolescentes em conflito com a lei, referiu-se a políticas públicas como o centro de internação e o convênio encaminhado pela Seds à Prefeitura para assisti-los, internando-os ou acompanhando-os em meio aberto. Relatou estudos científicos, provando que a ocupação de espaços públicos afasta a criminalidade, e sugeriu que a Comissão encaminhasse ofício à Cemig solicitando a melhoria da iluminação pública em Unai.

O Procurador Oliveira informou que em Unai há adolescentes envolvidos em atos infracionais por 25 vezes: muitos policiais militares ficam por conta de prendê-los e encaminhá-los às autoridades, pois não existe política de atendimento em meio aberto e nem centro de internação com medidas socioeducativas. A liberdade provisória é acompanhada por operadores do direito e Vereadores: não há restituição de liberdade fora das vias legais.

Reiterou que a BR-251 e as rodovias que ligam Buritis, Arinos e Urucaia a Formosa (GO) e ao DF carecem de policiamento federal. São regiões ermas, com infraestrutura precária e onde transitam armamentos pesados. Unai não produz e nem refina coca e “crack”: a porta de entrada é a divisa com o Distrito Federal, o que exige pelo menos uma presença inibitória da Polícia Rodoviária Federal, tal como ocorre em Paracatu.

Maria das Dores Louzada informou ao Procurador Oliveira que o serviço em meio aberto em Unai está sendo implantado, que o convênio com o Estado (Suas) está pronto para ser assinado e que o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente é favorável à implantação do Centro de Reeducação, com atendimento em meio aberto.

O Deputado Almir Paraca frisou que as ações preventivas de entidades da sociedade precisam ser institucionalizadas, pois falta uma política regular e universal.

O Deputado Delvito Alves comentou que o centro socioeducativo destina-se a recuperar menores infratores não só de Unai, mas de toda a região Noroeste.

II.3) Encaminhamentos aprovados:

a) ofício ao Presidente do CNJ e ao Presidente do TRF da 1ª Região, solicitando seja criada e instalada uma vara da Justiça Federal no Município de Unaí;

b) ofício ao Defensor Público-Geral, solicitando sejam designados Defensores Públicos para Unaí e Paracatu;

c) requerimento para realização de visita conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública à cadeia pública de Unaí, para verificar as condições dos presos;

d) ofício ao Comandante-Geral da PMMG, solicitando sejam implantados:

- Patrulha de Prevenção Ativa e o Grupo Especial de Patrulhamento de Áreas de Risco – Gepar – em Unaí e Paracatu;

- posto da Polícia Rodoviária Estadual na BR-251, no trecho Unaí-Brasília, preferencialmente onde funcionava o posto fiscal avançado;

e) ofício ao Secretário de Estado da Fazenda, solicitando sejam:

- reimplantado o posto fiscal avançado na BR-251, no trecho Unaí-Brasília;

- implantados os Cinds, Ciad e Reds PCNet em Unaí e região;

- assumidas pela Suapi as cadeias públicas de Buritis e de Vazante;

- construída a sede da 16ª Risp e um Centro de Medidas Socioeducativas para atendimento dos adolescentes em conflito com a lei;

- implantados os projetos Olho Vivo e Fica Vivo em Unaí e Paracatu;

- construída uma Aisp no Bairro Cachoeira, em Unaí, em terreno doado pela Prefeitura e segundo projeto já existente;

- designados Agentes Penitenciários do sexo feminino para a cadeia de Buritis.

III - Principais pontos abordados

III.1) Criminalidade:

a) a alta criminalidade chegou às cidades médias e pequenas, inclusive Unaí;

b) o índice de crimes violentos é grande no Noroeste, mas caiu em Unaí;

c) o número de homicídios aumentou na região Noroeste, mas declinou em Unaí;

d) as vítimas são principalmente masculinas (84%) e têm até 24 anos (39%);

e) os crimes mais comuns são furtos de bicicletas, arrombamentos de residências com furto qualificado e arrombamentos no comércio e de veículos;

f) a grande incidência de participação de adolescentes em crimes é aparente, pois a maioria dos crimes é praticada repetidamente por poucos indivíduos.

III.2) Resultados positivos:

- a) a região de Unaí encabeça queda de criminalidade violenta em Minas Gerais;
- b) as metas estipuladas para a região foram cumpridas, salvo nos homicídios;
- c) integração entre polícias interligou competências e favoreceu a gestão e ação.

III.3) Problemas:

- a) as ações nos bairros vêm tendo efeitos limitados, pois criminosos migram;
- b) as divisas mineiras e estradas vicinais no Noroeste são muito vulneráveis;
- c) há superlotação no presídio, que está com população carcerária dobrada.

III.4) Carências a serem preenchidas:

- a) reconhecer que a segurança pública é fruto da questão social e como tal deve ser abordada;
- b) conceber a segurança pública como dever não só do Estado, mas também da sociedade;
- c) intensificar investimentos públicos nas áreas sociais da região Noroeste;
- d) dar especial atenção a medidas socioeducativas para crianças e adolescentes;
- e) institucionalizar as ações preventivas de entidades da sociedade civil;
- f) qualificar a coerção e centralizá-la nas ações de caráter preventivo.